



DENNYS ALBUQUERQUE RODRIGUES

EDUARDO BARRETO CEZAR

MARCELO PIMENTEL DE OLIVEIRA

Coordenadores

## DEMOCRACIA, HUMANISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Estudos em homenagem ao  
Ministro Ricardo Lewandowski

*Prefácio*

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Enrique Ricardo Lewandowski é Professor Titular e Livre-Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP e Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF. Graduado em Ciências Políticas e Sociais e em Direito. Mestre em Relações Internacionais – Tufts University/Havard. Mestre e Doutor em Direito – USP. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral. Ocupou, ainda, interinamente, os cargos de Presidente da República Federativa do Brasil e do Senado Federal. Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Desembargador do Tribunal de Justiça daquele Estado. Homem público por excelência.

Na presente obra, seus colaboradores ilustram parte relevante da produção jurídica e intelectual do homenageado, Professor Doutor de todos nós.

**Área específica da obra**

Direito Constitucional

**Áreas afins do livro**

Constitucional, Teoria Geral do Estado,  
Direitos humanos e Direito Público

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003327

D383	Democracia, humanismo e jurisdição Constitucional: estudos em homenagem ao Ministro Ricardo Lewandowski / coordenado por Dennys Albuquerque Rodrigues, Eduardo Barreto Cezar, Marcelo Pimentel de Oliveira. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 465 p. ; 14,5cm x 21,5cm.  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-402-0  1. Direito Constitucional. 2. Teoria Geral do Estado. 3. Direitos humanos. 4. Direito Público. I. Rodrigues, Dennys Albuquerque. II. Cezar, Eduardo Barreto. III. Oliveira, Marcelo Pimentel de. IV. Título.
2022-1507	CDD 342 CDU 342

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RODRIGUES, Dennys Albuquerque; CEZAR, Eduardo Barreto; OLIVEIRA, Marcelo Pimentel de. (coord.). *Democracia, humanismo e jurisdição Constitucional: estudos em homenagem ao Ministro Ricardo Lewandowski*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 465 p. ISBN 978-65-5518-402-0.

### **Dennys Albuquerque Rodrigues**

Advogado. Foi Secretário Judiciário e de Documentação do STF. Assessor de Ministros do STF e Conselheiro do Conselho Nacional de Arquivos (2015/2016). Mestrando em Direito pela Universidade Nove de Julho.

### **Eduardo Barreto Cezar**

Servidor Público Federal. Ex-Assessor Especial da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) – Gestão do Ministro Ricardo Lewandowski. Assessor do Ministro Ricardo Lewandowski. Pesquisador Bolsista do Doutorado em Direito Empresarial da Universidade Nove de Julho.

### **Marcelo Pimentel de Oliveira**

Ex-Assessor Especial da Presidência do Supremo Tribunal Federal – Gestão do Ministro Ricardo Lewandowski (2014-2016). Ex-Secretário da Segunda Turma do – STF – Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski (2018/2019). Assessor do Ministro Ricardo Lewandowski. Mestrando em Direito e Políticas Públicas no Centro de Ensino Unificado de Brasília – UNICEUB.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

<b>Marcus Vinicius Furtado Coêlho</b> .....	13
---	----

### EFETIVIDADE À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DO ENCARCERADO

<b>ANA MARIA ALVARENGA MAMEDE NEVES, MARCELO PIMENTEL DE OLIVEIRA</b> .....	21
Referências .....	31

### O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COMO ÓRGÃO FORMULADOR DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL

<b>BRUNO RONCHETTI DE CASTRO, RENATA AGUIAR FERREIRA MONFARDINI</b> .....	33
1    Introdução .....	33
2    As competências outorgadas ao CNJ .....	34
3    A proeminência da função de controle .....	36
4    O redirecionamento da atuação do CNJ .....	40
4.1    Políticas de acesso à justiça .....	42
4.2    Políticas voltadas à concretização de direitos .....	47
4.3    Políticas direcionadas ao capital humano do Poder Judiciário .....	52
5    A consolidação do Conselho como órgão central de gestão do Poder Judiciário .....	54
6    Conclusão .....	56
Referências .....	57

### APOSTILA DA HAIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO SEM PRECEDENTES

<b>FABRÍCIO BITTENCOURT DA CRUZ, FABYANO ALBERTO STALSCHMIDT PRESTES</b> .....	61
Introdução .....	61
1    A Convenção da Apostila da Haia .....	62
2    Legalização e apostilamento de documentos .....	64
3    Protagonismo do Conselho Nacional de Justiça .....	66
4    Sistema SEI-Apostila .....	68
5    A apostila brasileira .....	71
Considerações finais .....	75
Referências .....	76
Anexo .....	79

### CONTRIBUIÇÕES DE FINS ESPECÍFICOS E SEU REGIME JURÍDICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

<b>CARLOS EDUARDO DELGADO, MARCELO GUERRA MARTINS</b> .....	81
1    Introdução .....	81
2    O tributo (gênero) e suas espécies .....	82
2.1    Impostos .....	84
2.2    Taxas .....	85
2.3    Contribuições de melhoria .....	86
2.4    Empréstimos compulsórios .....	87
2.5    Contribuições de fins específicos .....	88
3    As contribuições de fins específicos .....	89
3.1    Contribuições sociais .....	93
3.2    Contribuições de intervenção no domínio econômico – CIDEs .....	94
3.3    Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas .....	97
3.4    Contribuições recepcionadas pela Constituição Federal de 1988 e outras correlatas .....	99
3.5    Contribuição para o financiamento da iluminação pública – COSIP .....	100
5    Conclusões .....	104
Referências .....	105

<b>MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI E A PROTEÇÃO DA REGRA DA LEGALIDADE ESTRITA</b>		
<b>DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO.....</b>		<b>107</b>
1	Introdução .....	107
2	Breve nota sobre a ADO nº 26 .....	108
3	Estudo de caso: a criminalização do ICMS próprio pela via do Judiciário .....	109
<b>A INTERVENÇÃO FEDERAL EM TEMPOS DE CRISE</b>		
<b>DENNYS ALBUQUERQUE RODRIGUES, MARCOS SOARES.....</b>		<b>117</b>
	O Estado Federal e os seus meios de defesa.....	118
	Do uso efetivo da intervenção federal em tempos de crise.....	120
	Da natureza da decisão interventiva .....	123
	Da impossibilidade de supressão da intervenção federal por meio de emenda constitucional.....	125
	Conclusão .....	127
	Referências.....	127
<b>A LEI DO IMPEACHMENT NO BRASIL: DE 1950 PARA OS DIAS ATUAIS, UM ESTOQUE AUTORITÁRIO EM NOSSA DEMOCRACIA</b>		
<b>FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA.....</b>		<b>129</b>
1	Introdução .....	129
2	Sistemas autoritários: atributos e entulhos.....	131
3	A Lei nº 1.079/1950: momento histórico de pós-autoritarismo e a ideologia parlamentarista .....	136
4	Breve panorama da Lei e seus dispositivos.....	140
5	A aplicação da Lei em contexto pós-88 e a hermenêutica do STF.....	143
6	Os entulhos ainda remanescentes.....	148
7	Conclusão .....	150
	Referências.....	152
<b>O PROCESSO LEGISLATIVO E A DIALÉTICA: A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS AMEAÇADA POR ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>		
<b>LUIZ GUSTAVO BAMBINI DE ASSIS.....</b>		<b>155</b>
	Referências.....	170
<b>O PAPEL DO JUIZ NO PROCESSO COLETIVO: LIÇÕES EXTRAÍDAS DA ATUAÇÃO DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI NO HABEAS CORPUS Nº 143.641/SP</b>		
<b>HELENA CAMPOS REFOSCO.....</b>		<b>175</b>
I	Introdução .....	175
II	A condução do HC nº 143.641/SP .....	177
III	O magistrado no processo coletivo.....	183
IV	Considerações finais .....	192
	Referências.....	193
<b>“AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA” NA ENCRUZILHADA PROCESSUAL: PARA ONDE VAMOS?</b>		
<b>LUÍS GERALDO S. LANFREDI, MÁRIO HENRIQUE DITTICIO.....</b>		<b>195</b>
<b>NEPOTISMO</b>		
<b>LARISSA ARUTIM ADAMO.....</b>		<b>209</b>
<b>LIMITAÇÕES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – POR UMA VISÃO PLURAL DA TEORIA E DA PRÁTICA JURÍDICA</b>		
<b>LÍLIAN M. CINTRA DE MELO.....</b>		<b>221</b>
1	Introdução .....	221
2	Origens da AED: utilitarismo, realismo e formalismo jurídico .....	226
3	A fase pragmatista da AED .....	232
4	Conclusão .....	233
	Referências .....	234
<b>O JUIZ E A IMPRENSA</b>		
<b>LUIZ FELIPE DE CASRILEVITZ REBUelta NEVES.....</b>		<b>237</b>
<b>FATORES REAIS DE PODER E AS CONSTITUIÇÕES PARALELAS DO BRASIL</b>		
<b>MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO.....</b>		<b>259</b>
	Referências.....	283

## DIÁLOGO CONSTITUCIONAL E JUDICIÁRIO: A FASE ADULTA DO STF NA ATUALIDADE

<b>MARCO AURÉLIO SAMPAIO</b> .....	<b>285</b>
1 Introdução .....	285
2 Separação de poderes e diálogo constitucional .....	287
3 O STF como <i>veto player</i> no <i>diálogo constitucional</i> via controle de constitucionalidade na sua fase adulta .....	292
4 Conclusão .....	300
Referências.....	302

## A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE ACESSO À UNIVERSIDADE A PARTIR DO JULGAMENTO DA ADPF Nº 186/DF, DE RELATORIA DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

<b>MARCOS DUQUE GADELHO JÚNIOR</b> .....	<b>305</b>
Introdução .....	305
1 A interpretação e aplicação do Direito e a sua “moldura normativa” de acesso plural à comunidade acadêmica a partir do julgamento da ADPF nº 186/DF.....	309
2 Breves considerações normativas e o diálogo permanente com a função jurisdicional .....	315
3 Conclusão .....	318
Referências.....	319

## ANUALIDADE ELEITORAL: UMA REGRA QUE NÃO PODE SER IMPOSTA COMO ÓBICE À EFETIVIDADE E AO EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

<b>MARILDA SILVEIRA</b> .....	<b>321</b>
Introdução .....	321
1 A regra da anualidade pode constituir óbice à incidência de norma ou execução de política que protege ou incentiva direitos fundamentais?.....	322
2 Paridade não é favor: os dados da desigualdade e a fundamentalidade dos direitos políticos – anualidade na ação afirmativa corretiva .....	323
3 A regra da anualidade: divergências sobre o conceito de processo eleitoral e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	328
Conclusão .....	338

## SISTEMA PROPORCIONAL BRASILEIRO E VACÂNCIA: A DECISÃO SINGULAR DO MIN. RICARDO LEWANDOWSKI QUE FIRMOU AS BALIZAS PARA O RESGATE DA JURISPRUDÊNCIA HISTÓRICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>MURILO SALMITO NOLETO, ALFREDO RENAN DIMAS DE OLIVEIRA</b> .....	<b>341</b>
---	------------

## O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO: A SUPERAÇÃO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

<b>OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI</b> .....	<b>355</b>
1 Introdução .....	355
2 O juízo de admissibilidade da acusação .....	356
3 A norma constitucional da presunção de inocência.....	358
4 O juízo de admissibilidade da acusação no júri .....	359
5 O juízo de admissibilidade na ação de improbidade administrativa: incremento da Lei nº 14.230/2021 .....	363
6 A etapa do juízo de admissibilidade no procedimento comum ordinário penal .....	366
7 Considerações finais .....	368
Referências.....	368

## A COVID-19 E A REVALORIZAÇÃO DO FEDERALISMO BRASILEIRO

<b>PAULO RONALDO CEO DE CARVALHO</b> .....	<b>371</b>
Conclusão .....	388
Referências.....	389

## A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANTIVO EM MATÉRIA PENAL À LUZ DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14 E DO *FAIR TRIAL* – O DEVER DE *FULL DISCLOSURE* DA ACUSAÇÃO E A DOCTRINA DE BRADY (*BRADY'S RULE*)

<b>PAULO CESAR BATISTA DOS SANTOS</b> .....	<b>391</b>
Referências.....	407

## O *CERTIORARI* BRASILEIRO E O SISTEMA DE REGRA DO PRECEDENTE: O CAMINHO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO PARA ADMINISTRAR SUA PRÓPRIA PAUTA

<b>PAULO MACEDO GARCIA NETO</b> .....	<b>411</b>
Introdução .....	412
Panorama histórico: do Tribunal de Cassação (e do <i>Conseil d'État</i> ) ao reexame judicial (1889) .....	416
Ausência do <i>stare decisis</i> e a regra dos precedentes.....	420

A repercussão geral.....	423
O conceito vazio .....	423
Quais eram os mecanismos de filtragem antes da repercussão geral?.....	425
A repercussão geral na prática .....	425
O voto do Relator para acatar ou negar o pedido de repercussão geral.....	427
A rejeição da repercussão geral ou inadmissibilidade por ausência de repercussão geral .....	428
O painel digital e uma externalidade positiva imprevista da repercussão geral: uma outra roupagem (ou a roupagem brasileira) do <i>stare decisis</i> ? .....	430
Conclusão .....	430
Referências.....	431

O “BUEN VIVIR” LATINO: PRIMEIROS LINEAMENTOS PARA A FUNCIONALIDADE DO SUMAK KAWSAY  
NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

<b>VÍCTOR GABRIEL RODRÍGUEZ .....</b>	<b>435</b>
1 Sobre o homenageado.....	435
2 O <i>sumak kawsay</i> .....	437
3 Civilização europeia e civilização latina .....	438
4 <i>Buen vivir</i> e Constituição .....	440
5 A força semântica da locução .....	443
6 A dimensão espiritual.....	445
7 A integração latino-americana .....	449
8 Conclusões.....	450

JUÍZO DE CINDIBILIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA

<b>WALTER GODOY DOS SANTOS JUNIOR, EDUARDO BARRETO CEZAR .....</b>	<b>453</b>
Referências.....	460
SOBRE OS AUTORES.....	461